



Intenções e práticas coloniais em Angola nas páginas do Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial), 1854-1867

Felipe Vilas Bôas*

Vilas Bôas, F. “Intenções e práticas coloniais em Angola nas páginas do Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial), 1854-1867” *História Social*, v. 19 n. 27/28, 2024, pp. 142-181.
<https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5300>

Resumo: As linhas que seguem se colocam como um estudo de caso sobre o periódico português Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial), publicado entre 1854 e 1867, pela Imprensa Nacional em Portugal, sendo posteriormente compendiado e republicado entre 1867 e 1869. Nosso interesse se debruça especialmente sobre o conjunto narrativo do periódico e textos coloniais disseminados em suas páginas sobre o território de Angola. Nesse intento, buscamos compreender as ações coloniais em prática no século XIX face às populações africanas, permitindo observar relações marcadas por ambiguidades entre agentes coloniais, autoridades africanas e sujeitos de ação intermediária entre comércio e política.

Palavras-chave: Angola. Narrativas coloniais. Agentes coloniais. Colonialismo.

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador do Núcleo de História do Museu Paranaense.



Colonial intentions and practices in Angola in the pages of *Annaes do Conselho Ultramarino* (unofficial part), 1854-1867

Felipe Vilas Bôas

Abstract: The following lines are presented as a case study on the Portuguese periodical *Annaes do Conselho Ultramarino* (unofficial part), published between 1854 and 1867, by Imprensa Nacional in Portugal, and later compendiated and republished between 1867 and 1869. Our interest focuses especially on the narrative set of the periodical and colonial texts disseminated in its pages on the territory of Angola. In this attempt, we seek to understand the colonial actions taken in the 19th century towards African populations, allowing us to observe relationships marked by ambiguities between colonial agents, African authorities and subjects of intermediate action between commerce and politics.

Keywords: Angola. Colonial narratives. Colonial agents. Colonialism.

Conteúdo, forma e apropriações em um periódico colonial

Em fevereiro de 1854, o primeiro número do periódico *Annaes do Conselho Ultramarino* (parte não oficial), doravante ACU, ligado diretamente ao Conselho Ultramarino, era publicado. Contendo dois relatos, uma seção de notícias e uma cartografia, o periódico já demonstrava suas intenções no próprio conteúdo divulgado.² O ACU abriu sua primeira edição com um relato sobre Lourenço Marques, Moçambique, de autoria de João Albasini³ e Avelino Xavier de Menezes, escrito originalmente para o então administrador local, José Antonio da Silveira, no ano de 1847, e com uma seção de notícias trazendo “novidades” sobre o Timor Leste e Angola. No mesmo número de estreia existe ainda um longo relato sobre Angola, de autoria do Alferes Manoel Alves de Castro Francina, que também desempenhava funções judiciais, de 1846, com destino à administração colonial em Luanda. Além de uma cartografia enfatizando as possessões portuguesas na África e Ásia.⁴

Aqui saltam aos olhos três características que se perpetuaram ao longo das edições: (1) a publicação de relatos, notícias e informações sobre espaços ultramarinos que, originalmente, tinham circulação restrita entre agentes coloniais e seus respectivos interlocutores metropolitanos; (2) notícias recentes ou ainda seções com materiais informativos acerca de tecnologias agrícolas, industriais e sobre outros pontos de presença europeia, como a britânica em África e Ásia; (3) Angola como espaço ultramarino protagonista do periódico com 77 textos exclusivos, sem contar menções em outros escritos de geografias diversas.⁵

² Para um anúncio formal sobre as intenções do periódico *Cf. Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Acervo do autor.

³ Provavelmente o avô do intelectual e ativista político João dos Santos Albasini (1876-1922)

⁴ *Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. Acervo do autor.

⁵ *Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.; *Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo III (Janeiro de 1862 a Dezembro de 1862)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.; *Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo IV (Janeiro*

Nossa ênfase repousa principalmente sobre os textos exclusivos que têm Angola como recorte. Nos números publicados pelo ACU verificamos a presença acentuada de textos produzidos por agentes militares, que chamaremos amplamente como narrativas coloniais: relatórios oficiais realizados por agentes coloniais circulantes em terreno, relatos de viagem de cunho informativo aos administradores ou ainda sem tal pretensão, dados de movimentação comercial, análises da fauna e flora locais e uma pequena série de notícias diversas que vão desde a produção agrícola e administração geral, até informativos sobre a gerência e condições das localidades interioranas, referidas como sertão de Luanda.

De todo o *corpus*, os relatórios oficiais são os mais numerosos e indubitavelmente mais ricos em informações sobre os agentes sociais, sendo detentores de maior atenção deste trabalho. Cabe também ressaltar que a busca por indicações de contato direto entre portugueses e autoridades africanas, e a descrição portuguesa das posturas das mesmas autoridades e do ambiente físico consistem nas principais informações averiguadas nas fontes. Por intermédio destas buscaremos reconstruir um fragmento possível sobre os padrões de relacionamento entre portugueses e autoridades africanas locais e qual a conformidade e os interesses dos agentes coloniais manifestados no periódico.

Outra questão reside no fato de que as fontes (textos) variam desde a década de 1830 até 1860; não obstante, a esmagadora maioria das narrativas se registra entre os anos de 1840 e 1850. Ainda sobre questões temporais, o recorte histórico aqui proposto de 1854 até 1867 faz referência à publicação do periódico, partindo do pressuposto da carga

de 1863 a Dezembro de 1863). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.; **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo V (Janeiro de 1864 a Dezembro de 1864)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.; **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo VI (Janeiro de 1865 a Dezembro de 1865)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.; **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo VII (Janeiro de 1866 a Dezembro de 1866)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.; **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo VIII (Janeiro de 1867 a Maio de 1867)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869. Acervo do autor.

ideológica presente no material e entendendo o mesmo como integrante de uma construção de uma narrativa colonial para Angola.

Segundo Sónia Pereira Henrique, a publicação do ACU está intimamente ligada à ascensão de ideais e práticas liberais em Portugal no século XIX. O primeiro indício se refere à promulgação da Lei de liberdade de imprensa em 1834, no rastro da ascensão liberal junto ao parlamento em Lisboa, corroborando para a criação de um espaço público para expor e instigar um imaginário liberal.⁶ O segundo elemento remete ao recorte de público. Se por um lado fomentava-se um fermento de discussões liberais, este era voltado a uma audiência intelectual, detentores de capitais investidos ou a serem aplicados e ao funcionalismo público português.⁷

Mesmo possuindo um vínculo direto com o Conselho Ultramarino, que seria extinto em 1868, o ACU possuía semelhanças com o periodismo de circulação mais amplo em Portugal. Apresentava uma diagramação, tipografia e organização bastante simples, apesar de às vezes confusa, com indexações que nem sempre eram alinhadas com a paginação da publicação. No outro extremo, diferente das demais publicações estatais, detinha um caráter de pretensa informalidade, com notícias e novidades tecnológicas, sem apresentar de forma exagerada dados estatísticos, tabelas alfandegárias e outras formalidades burocráticas presentes no arquivo da Direção Geral do Ultramar, origem de muitos dos manuscritos retrabalhados que emergiram nas páginas do periódico.

Todavia, não podemos deixar passar que nem todos os textos tinham origem nos arquivos portugueses. Vejamos, por exemplo, o texto *Memória sobre o sertão de Cassange*, autoria do Major Francisco de Salles Ferreira em

⁶ HENRIQUE, Sónia Pereira. O acesso ao arquivo colonial português na segunda metade do século XIX: o Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, v. 32, n. 1, p. 111-147, 2019, p. 112. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/32_1_4/5334 Acesso em: 09 de julho de 2024.

⁷ *Ibid.*, p. 116.

1853.⁸ Publicado originalmente pelo *Boletim Geral da Província de Angola*,⁹ o texto dava conta da primeira campanha militar contra o Jaga de Kassange, Mbumba a Kinguri, exaltando a vitória portuguesa. A republicação pelo ACU se enquadra na visão de construir uma narrativa colonial liberal, na medida em que romper com o poderio do Jaga de *Kassanje* significava, na teoria, abertura para o comércio de bens de extração advindos da África Central, especialmente do Estado Lunda.¹⁰

O ACU não tinha por costume inserir as informações sobre republicação – a não ser quando a notícia era traduzida ou advinda de outros espaços ultramarinos não portugueses. Sabemos que o texto foi originalmente publicado pelo *Boletim Geral da Província de Angola* não só pela integralidade do texto e sua data anterior, em 1851, mas porque os periódicos em circulação em Angola transitavam pelo Atlântico. A mesma notícia foi publicada e referenciada pelo *Jornal do Commercio*,¹¹ Rio de Janeiro, em 1851, com indicações de que a divulgação por este periódico se voltava para comerciantes e autoridades públicas cariocas interessadas ou com negócios em Angola.

Em ambos os periódicos, seja em Portugal ou Angola, as intenções sobre a publicação parecem se conjugarem. No *Boletim Geral da Província de Angola*, primeira publicação executada na colônia, a notícia visava expor a vitória portuguesa e a construção de um espaço colonial mais centralizado, com menos influência das autoridades africanas no certame comercial, conseqüentemente político.

⁸ FERREIRA, Francisco de Salles. Memória: sobre o sertão de Cassange, 1853. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 26-28, 1867.

⁹ Cf. LOPO, Júlio de Castro. **Jornalismo de Angola: subsídios para sua história**. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p. 11-26.

¹⁰ VILAS BÓAS, Felipe. Espaço, lugar e apropriação em narrativas coloniais: o caso da feira de Kassanje, Angola (século XIX). **Revista Kwanissa**, v. 6, n. 14, p. 145-163, 2023, p. 156. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/20484> Acesso em 07 de agosto de 2024.

¹¹ Loanda, 17 de maio de 1851. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, anno XXI, 31 de agosto de 1851, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 de agosto de 2024

O periodismo africano e o processo de colonização estão intimamente conectados e em retroalimentação, como frisou Isadora de Ataíde Fonseca.¹² O próprio Boletim surgiu em um momento de crescimento da retórica liberalanti-tráfico e de maior interesse territorial por parte dos portugueses sobre os sertões de Angola. Por mais de 20 anos o Boletim foi a única publicação em Angola.¹³ A partir dos anos 1860, emergiram outros periódicos, especialmente o *A Civilização de África Portuguesa* – com tom crítico ao regime colonial e o *Commercio de Loanda* – próximo a administração colonial.¹⁴ Em linhas gerais, podemos apontar que no século XIX, o periodismo angolano criaria subsídios de interesse por parte dos editores do ACU na medida em que a imprensa não está separada das condições materiais e ideológicas no qual é gestada e executada.¹⁵ Neste sentido, Fonseca destacou que:

A imprensa teve um perfil político e não comercial, com a propriedade vinculada aos grupos sociais e tendo como público-alvo as elites. A actividade jornalística foi determinada pela militância política, tornando os conceitos de autonomia e instrumentalização impróprios. O paralelismo político foi forte e o jornalismo acompanhou as tendências dos grupos políticos da época. A intervenção do Estado foi forte, com a perseguição dos títulos que se opunham às políticas coloniais.¹⁶

Da mesma forma, o ACU buscou divulgar a notícia do Major Salles Ferreira não apenas pela relevância do episódio – guerra colonial aberta contra importante potentado africano –, mas por entender que as

¹² FONSECA, Isadora de Ataíde Fonseca. **A Imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)**. 319 f. Tese (Doutorado em Sociologia da Cultura) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

¹³ LOPO, *Op. Cit., Loc. Cit.*

¹⁴ FONSECA, *Op. Cit.*, 2014, p. 100. Importante destacar que no momento de criação desses periódicos o ACU já se encontrava encerrado.

¹⁵ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

¹⁶ FONSECA, *Op. Cit.*, 2014, p. 104.

motivações de ampliação da força colonial iam de acordo com sua linha editorial.

Posto isto, cabe ressaltar que, a escolha do ACU, seja por este trabalho ou pelos citados anteriormente, vai ao encontro de compreender a atividade da imprensa como instrumento de intervenção na vida social e não apenas a mera publicação de notícias aparelhadas. Segundo Tania Regina de Luca, ao nos debruçarmos sobre periódicos – de ordem variada – devemos estar atentos a uma série de elementos que vão além das letras e imagens reproduzidas.¹⁷ Neste sentido, nossos comentários sobre a diagramação e os bastidores de sentido do ACU são importantes. Principalmente se pensarmos que o periódico não publicava originais, mas documentos (relatórios) da administração portuguesa, notícias estrangeiras e outros textos originários do espaço colonial. Ou seja, cabia aos editores, com sua bagagem de formação e visão política, organizar os textos em sua lógica interna.

A presença de notas editoriais nas páginas do ACU nunca foram constantes e nem referenciadas, mas se faz possível perceber a sua maior presença em 1854 e a conseqüente diminuição até sua descontinuação em 1867.¹⁸ Mesmo perante a inexistência de um estatuto editorial conhecido, Sónia Henrique localizou ao menos os dois primeiros editores do ACU. O primeiro foi José Tavares de Macedo, membro do Conselho Ultramarino e, posteriormente, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, o Marquês Sá da Bandeira – ambos ligados aos ideais liberais em voga no século XIX.¹⁹

De forma ampla, adiantamos que a publicação do periódico, foi de grande relevo para a comunicação de intenções políticas sobre uma valorização dos espaços coloniais, para fins de exploração. O conjunto de textos informa sobre intenções liberais que buscavam obter benefícios com a colonização, especialmente dos territórios africanos. Ao mesmo

¹⁷ DE LUCA, *Op. Cit.*, 2005, p. 131-139.

¹⁸ A maioria dos números publicados sequer apresenta notas de rodapé ou ainda textos editoriais, seja por agravos financeiros ou por questões políticas. A maior presença de comentários editoriais ocorreu nos primeiros números do periódico.

¹⁹ *Ibid.*, p. 126-131.

tempo, o resgate de um discurso globalizante sobre uma historicidade portuguesa junto à exploração marítima e seu legado de opulência, como uma ponta de lança para justificar ações nos territórios ultramarinos e críticas comparativas entre passado e presente.

A presença do Marquês Sá da Bandeira, figura destacada no cenário liberal, na editoração do ACU, nos ajuda a compreender as intenções deste canal de comunicação liberal oitocentista. Não de forma restrita em sua figura, mas no contexto político no qual ajudou a conformar. Nesse sentido, cabem algumas linhas sobre o cenário político e econômico em Portugal no século XIX, as tentativas liberais de criação de diretrizes administrativas e o lugar dos pretensos territórios ultramarinos portugueses, sejam na narrativa política ou na prática junto aos agentes coloniais. Após breve abertura, nos dirigimos especificamente a compreender o contexto oitocentista em Angola e Portugal, para depois pensarmos a situação colonial, padrões de escrita e a complexa relação entre agentes coloniais, autoridades africanas e sujeitos entendidos como intermediários nas páginas do ACU.

O contexto oitocentista e a “modernidade” liberal

Entre as décadas de 1820 e 1860 – período no qual o ACU foi gestado e impresso – não foram poucas as propostas de ocupação definitiva de Angola visando transformá-la em uma colônia produtiva, mediante o cenário de instabilidade fiscal e orçamentária em Portugal. Não obstante, boa parte das propostas discutidas não se efetivou em projetos efetivos, mantendo a região presa a um passado de tráfico de escravizados em paulatina ruína, porém economicamente relevante. As pontuais iniciativas que se materializaram logo se demonstraram pouco sucedidas ou conceitualmente inacabadas.²⁰

Os acontecimentos que se seguiram à independência do Brasil reverberaram diretamente na economia portuguesa. Em resumo, as tensões

²⁰ MARQUES, João Pedro. **Os sons do silêncio**: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999, p. 361.

em Portugal no século XIX, para além da crise político-militar europeia com as invasões francesas e a transferência da monarquia para o Rio de Janeiro, envolveram uma complexa trama política de retorno do regime a Lisboa e da subsequente constituição de 1826.²¹ Eventos que alimentaram as turbulências políticas em conjunto com uma crise econômica da perda orçamentária brasileira – principal mercado português.²²

Durante os anos 1830 e 1840 os cargos administrativos foram alvos constantes de negociações entre facções políticas distintas a ponto de gerar uma instabilidade que impedia a consolidação econômica de Portugal, assim como tornava o assunto ultramarino menos importante aos olhos dos deputados portugueses.

Mesmo em um cenário insólito, a iniciativa liberal ganhava força mediante a crise do Antigo Regime português, os abalos econômicos decorrentes da independência do Brasil e as tentativas de industrialização da economia em parceria público-privada a partir dos anos de 1840.²³ O debate entre os parlamentares em Lisboa rondava, sobretudo, a questão do lugar da África em sua relação com o trabalho, perpassando uma discussão paradoxal acerca da dualidade entre trabalho forçado e trabalho livre.²⁴

Crete na defesa de um rumo econômico ilustrado não somente para os negócios do ultramar, mas também para a metrópole, o então Presidente do Conselho de Ministros, Marquês Sá da Bandeira (em pelo menos cinco ocasiões efetivas entre as décadas de 1830 e 1870), e seus partidários, buscaram fomentar a expansão territorial sobre Angola,²⁵

²¹ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern. **Revolução, finanças, dependência externa:** de 1820 à convenção de Gramido. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

²² FLORENTINO, Manolo.; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto:** mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro (c.1790-c.1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 99-102.

²³ ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do império:** questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

²⁴ MARQUES, Rui. **O império e a câmara de deputados:** as marcas de um discurso (1852-1890). 723 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013, p. 316.

²⁵ ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, novas Áfricas:** Portugal e o Império (1808-1875). Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 234.

visando recuperar a economia portuguesa via aproximação das populações locais por intermédio de novos regimes de trabalho e por políticas de supressão ao tráfico de escravizados.

Na letra da lei, as diversas iniciativas objetivavam abrir caminho para o trabalho livre, mas acabaram por criar formas análogas de escravidão, impulsionando o trabalho forçado em Angola no século XIX,²⁶ visando à agricultura e extração como atividades que deveriam substituir o tráfico de escravizados, legalmente em combate, especialmente a partir dos anos de 1840 no litoral angolano.²⁷

Não obstante, pelo menos até a década de 1860, o tráfico atuava como atividade paralela às alternativas liberais estimuladas por Lisboa e reconfiguradas na colônia.²⁸ Aliás, a combinação entre supressão do tráfico Atlântico e explosão da escravidão em África foi concomitante em boa parte do continente perturbado pelos elementos externos, sobretudo devido à necessidade por mão de obra agrícola.²⁹ Angola, modernizava-se forçosa e lentamente dentro da lógica liberal de extirpar práticas econômicas consideradas “mercantilistas” ao mesmo tempo em que dependia das mesmas.³⁰

As questões envolvendo a incerteza portuguesa e dualidade da organização do trabalho estava presente também na constante dicotomia de interesses entre as elites metropolitanas e coloniais. Enquanto de um lado os “capitais metropolitanos” desejavam a transformação de Angola em uma colônia agrícola e de circulação de bens manufaturados, os “capitais

²⁶ MARQUES, João Pedro. Portugal e o abolicionismo. ALEXANDRE, Valentim (org.). **O Império africano (séculos XIX e XX)**. Lisboa: Edições Colibri; IHC-UNL, p. 31-54, 2000, p. 44-49.

²⁷ VILAS BÔAS, Felipe. **Comércio, política e sociedade em Angola: negociação e conflito em narrativas coloniais (século XIX)**. Curitiba: Editora Appris, 2021.

²⁸ Cf. FERREIRA, Roquinaldo. **Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860**. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

²⁹ Para uma visão mais ampla Cf. COOPER, Frederick. **Conflito e conexão: repensar a história colonial africana. Histórias de África**. Capitalismo, modernidade e globalização. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 71-128.

³⁰ Cf. TORRES, Adelino. **O Império português entre o real e o imaginário**. Lisboa: Escher, 1991.

coloniais” apostavam na exportação da força de trabalho intracolonial e na manutenção das condições de trabalho forçado.³¹ Todavia, devem-se problematizar os agentes do “capital colonial”, entendendo que os interesses dos comerciantes litorâneos residentes nos núcleos portugueses eram distintos dos daqueles que circulavam pelo interior ou se estabeleciam em arimos.³²

Desta forma podemos caracterizar agentes coloniais litorâneos e interioranos que se distinguiam principalmente pela forma de gerência de capitais – interferindo diretamente nos processos de permuta comercial –, sendo a primeira mais ligada aos interesses metropolitanos e detentora de capitais monetários e mercantis espalhados no interior, e a segunda voltada especialmente sobre a ação comercial, do controle da mão de obra e dos investimentos locais, influenciando a circulação de mercadorias em trato direto com autoridades africanas.³³

Muito do interesse e das atuações distintas entre tais agentes se dava pela sua própria origem. Enquanto no litoral ocorria uma proeminência de portugueses e nascidos em Angola com cargos administrativos, no interior eram as grandes famílias de *moradores*,³⁴ como os Fragoso dos Santos e

³¹ Ver, por exemplo, os trabalhos relativos à produção cafeeira em São Tomé e Príncipe e suas interconexões angolanas Cf. ESPÍNDOLA-SOUZA, Maysa. **A liberdade da lei: o trabalho do indígena africano na legislação do império português 1850-1910**. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/161518213.pdf> Acesso em: 01 de julho de 2024. Ou ainda os debates oitocentistas sobre as viagens entre as referidas possessões Cf. Regulamento sobre libertos, que pelo artigo 8º do decreto d’esta data podem ser transportadas da Província de Angola para a ilha do Príncipe e a que se refere o mesmo artigo. MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiros e. **Relatório do governador geral da província de Angola no anno de 1861**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 414-415.

³² Os arimos eram propriedades agrícolas voltadas à policultura. Não obstante, devido ao seu considerável tamanho, apresentavam características de produção monocultora, a depender. Como uma espécie de propriedade mista, o arimo permitia a convivência de técnicas agrícolas tradicionais africanas e as portuguesas. A ocupação do solo se dava por intermédio da doação da Coroa portuguesa a um arrendatário, que instalaria o arimo a partir da vitória sobre a peleja contra a autoridade africana local: uma espoliação. Cf. VENÂNCIO, José Carlos. **A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica**. Lisboa: Estampa, 1996.

³³ TORRES, *Op. Cit.*, 1991, p. 47.

³⁴ Por moradores compreendemos um grupo plural e fenotipicamente de difícil precisão. Formado

os Mendes Machado. Esta última mantinha uma íntima relação com autoridades africanas, influenciando inclusive sobre as autoridades da região Kassanje nos anos de 1850 e 1860.³⁵

Cabe também salientar, mas sem adentrar no assunto, os distintos interesses entre as burguesias do Porto e de Lisboa, que divergiam constantemente no que compete a investimentos e os potenciais de Angola.³⁶ Fato é que nestas querelas de interesses, as iniciativas liberais colonizadores prostraram-se logo ao fracasso, sendo que Angola, assim como outras possessões ultramarinas, ficaria restrita às relações mercantis voltadas à mão de obra forçada, em um regime de capital tímido e inacabado.

Nas páginas do ACU podemos observar esse cenário, especialmente no que diz respeito à defesa dos interesses coloniais e na organização do mundo do trabalho. Diversos são os autores que enfatizam a necessidade de criar formas de arregimentar mão de obra, assim como estimular as populações africanas à cultura agrícola. Citamos, por exemplo, o texto de José Antonio Lopes da Silva e Antonio Romano França, originalmente produzido como relatório interno para a administração colonial na região de Moçâmedes, ao sul de Benguela, em 1856. Ao realizarem um inventário sobre a ocupação portuguesa na região, os autores dão clara ênfase às atividades agrícolas, apontando o desenvolvimento de roças de açúcar, algodão, mandioca e o comércio de urzela.³⁷

por africanos, mestiços, colonos brancos, livres e possuidores de alguma propriedade, móvel ou imóvel. Tinha significativo envolvimento no comércio e ação política, constituindo importante elo entre administração colonial e as autoridades africanas. VILAS BÔAS, *Op. Cit.*, 2021, p. 21.

³⁵ DIAS, Jill. Angola. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.), ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). **Nova história da expansão portuguesa (Volume X): O império africano, (1825-1890)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 352.

³⁶ TORRES, *Op. cit.*, 1991, p. 39.

³⁷ SILVA, José Antonio Lopes da; FRANÇA, Antonio Romano. *Annaes do municipio de Mossamedes: contendo um breve resumo do principio da sua colonisação, e enumeração dos factos mais notaveis acontecidos desde aquellaepocha até á elevação d'este Estabelecimento á categoria de Villa, e criação da primeira Camara Municipal, e onde continuará a consignar-se os mesmos, o estado da agricultura, causas de sua decadencia, e os meios adequados ao seu melhoramento, etc., mandados e crear por Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, 1856. **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)***. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 483-491, 1867.

Os autores fazem destaque à influência pernambucana na conformação de Moçamedes, indicando que o “modelo agrícola brasileiro” poderia se repetir na região, sendo de grande relevância para o desenvolvimento não só da presença portuguesa, mas também africana. Se no início da ocupação as terras de Moçamedes eram de uma “[...] esterilidade espantosa, motivada pela secca, pessimo sustento compostos de má farinha de mandioca, feijão podre, etc., uma nudez quasi completa [...]”,³⁸ a dedicação do trabalho alterou a região com o passar do tempo. A força da colonização aqui se colocava com a transformação da paisagem e dos povos: por um lado se verificava o “[...] aumento de Mossamedes não é conhecido só na cultura [agricultura], mas no commercio também atesta seu progresso [...] hoje se eleva um numero a mais de setenta [residências] no qual entre elas [...] uma bella Igreja [...]”³⁹

A marca colonial, pelo menos na retórica dos autores, seria ainda benéfica para a civilização dos africanos, em especial as autoridades linhageiras. A principal fonte de informação dos autores foram os relatos do colono Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro,⁴⁰ que fazia uso de forma ampla de mão de obra forçada em suas plantações. O colono seguia uma lógica conhecida da escravatura como um meio à civilidade. Seja pelo trabalho ou em comum acordo com o contato com os portugueses católicos. Em outros termos, trata-se de um contato que incentiva a mudança de consciência.⁴¹

A questão da mão de obra se imbricava a outros quesitos: o do escoamento de produção vinculado às formas de transporte e o da

³⁸ *Ibid.*, p. 483.

³⁹ *Ibid.*, p. 487. Entre os colchetes estão complementos nossos.

⁴⁰ LIMA, João Francisco Régio. Angola: extrato da relação de uma viagem a roça dos cavalleiros, em Mossamedes, 1855. **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 147-149, 1867.

⁴¹ PIMENTEL, Maria do Rosário. **Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna**. Lisboa: Colibri, 1995, p. 262-277. Para um aprofundamento sobre as relações de trabalho e a dinâmica colonial em Angola *Cf.* SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva. **Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)**. São Paulo: Alameda, 2013.

relação austera com as comunidades angolanas locais. Todas as discussões parlamentares acerca da extirpação do tráfico, do estatuto do liberto, do fim da escravidão e sobre o serviço de cargas, visavam estimular a criação de um sistema interno produtor de riqueza tipo exportação como alternativa ao tráfico de escravizados. Porém, com baixo investimento e cautela em relação à abertura de capitais, mantendo sempre o mercado sob a tutela da Coroa portuguesa. Desta forma, fazia-se necessário o reconhecimento das comunidades locais e de seus respectivos líderes, no intuito de manter um ambiente de negociação estável e um vínculo ativo para a assimilação de mão de obra. De certa forma a política colonial esteve sempre entre excluir o africano da esfera política e ao mesmo tempo inseri-lo por incapacidade de ela própria recrutar mão de obra, se valendo de sua inserção e apropriação do poder político local.

Esta posição de “respeito” pelas instituições era estratégica: assegurando a continuidade das instituições tradicionais, as autoridades portuguesas envolviam e preservavam na sua esfera os “poderes indígenas”, facilitando deste modo a sua adesão a posições mais neutras do ponto de vista da introdução do seu poder, como por exemplo, na tributação e nas questões associadas ao direito contratual, sobretudo explorando da perspectiva de proteger as populações brancas, mais aos seus bens, de ações intempestivas das populações indígenas.⁴²

Esse elemento também pode ser verificado no ACU, praticamente em todas as narrativas em que ocorre contato direto entre agentes coloniais e autoridades africanas. A descrição das autoridades, além da lógica colonialista de catalogação e hierarquização de posições,⁴³ tinha por objetivo inscrever as possibilidades de ação comercial. Com isso, realizando o reconhecimento do poder local, a administração colonial dispunha de

⁴² MARQUES, *Op. cit.*, 1999, p. 319.

⁴³ *Cf.* CASTELO, Cláudia. **Passagens para África**. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

recursos políticos para verificar quais autoridades estariam mais ou menos próximas dos interesses portugueses.

Segundo Beatrix Heintze,⁴⁴ a aproximação com as comunidades era primordial para manter o sistema de trabalho e também o de transportes, que em Angola, fazia-se essencialmente pelo sistema de carregadores, sendo estes recrutados nas comunidades avassaladas por intermédio de contratação ou arregimentação forçada. As mudanças econômicas em Angola ocorridas com a queda do tráfico e com as iniciativas liberais promoveram uma maior busca e conseqüentemente elevação do custo dos transportes.

Entre as décadas de 1840 e de 1870, a busca de carregadores tornou-se insaciável perante a subida dos preços e o crescente volume de comércio de gêneros de exportação, contribuindo para criar um clima de imensa concorrência entre os comerciantes a todos os níveis sociais e políticos, sobretudo a norte do Cuanza.⁴⁵

Cabe ressaltar que essas mudanças econômicas, além de terem sua origem na pressão externa ou ainda na indiferença metropolitana, devem-se muito às mudanças estratégicas na política portuguesa entre 1850 e 1878, momento de tentativas de centralização colonial e ocupação territorial em Angola incentivada por inspirações liberais.⁴⁶

Angola e o espaço da transformação colonial

Uma das características discursivas que mais predomina no *corpus* documental dos ACU é a da fragilidade física da presença portuguesa para além dos núcleos de Luanda e Benguela.

Em 1858, João Baptista de Andrade, Governador do Ambriz, chamava a atenção para as ruínas do presídio de *Encoge*, afirmando que

⁴⁴ Cf. HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos**: caravanas de carregadores na África Centro Ocidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

⁴⁵ DIAS, *Op. cit.*, 1998, p. 395.

⁴⁶ HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola**: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Lisboa: IICT-ICP, 1997, p. 131.

“Em geral, tudo necessita de muitos concertos”.⁴⁷ A menção à falta de recursos materiais e humanos foi vista pouco mais de uma década antes, quando em 1844, José Joaquim Lopes de Lima já frisava a fragilidade portuguesa na região de *Mpungo-a-Ndongo*.

Há n'aquelle presídio uma falta absoluta de officiosmechanicos; não há quem serre uma taboa, quem faça uma panella, etc., etc., de maneira que se acha despresado e em abandono o melhor local de todas as nossas possessões africanas. Quanto seriam felizes milhares de portuguezes se fossem empregar alli seus braços!!! A natureza os recompensaria de seus trabalhos e viviriam satisfeitos. O presídio tem bastantes casas de pedra e cal, e muitas cubatas (cabanas de pretos); porém alli não havia um medico, nem um cirurgião, nem um botica, objectos de primeira necessidades. Promover estas commodidades será um serviço feito á humanidade, e um acto de justiça e de beneficencia.⁴⁸

Em 1846, J. B. de Sampaio, Alferes Ajudante d'Ordens do Governo Colonial, frisava o estado de ruína das edificações portuguesas nas regiões de *Muxima* e *Massangano*. Segundo o Alferes, havia um motivo para além da falta de materiais e mão de obra: a má administração era o grande responsável pelo estado de abandono. Em seguida, Sampaio apontou que no passado, as edificações se encontravam em melhores condições.⁴⁹

No mesmo ano do relato de J. B. de Sampaio, o também Alferes Manoel Alves de Castro chamava a atenção para o decrépito estado da presença portuguesa no sertão angolano. O autor apontou a escassez de

⁴⁷ ANDRADE, João Baptista de. De uma viagem do Bembe ao Encoge, 1858. **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 511-518, 1867, p. 514.

⁴⁸ LIMA, Joaquim Lopes de. Noticias de Alguns dos Districtos de que se compõem esta provincia. Observações relativas ao Presídio de Pungo Andongo, sobre o livro terceiro de Ensaios da Estatística das Possessões Portuguezas no Ultramar, 1844. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 143-148, 1867, p. 138.

⁴⁹ SAMPAIO, J. B. Jornada de Loanda para Muxima, 1846. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861)**. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 55-57, 1867.

materiais e mão de obra como motivadores de um fracasso da materialidade construtiva da presença portuguesa.⁵⁰

Tanto em José Joaquim Lopes de Lima, como em Manoel Alves de Castro Francina, destaca-se o ponto de que por mais preocupação que os mesmos demonstrassem para a circulação de gentes e da carência de recursos humanos para a manutenção e agricultura, fica evidenciado o caráter militarizado de suas narrativas ao exporem sempre as mais diversas preocupações com os espaços estratégicos dos portugueses no sertão.

Em 1847, em relato de viagem de Luanda até o Cazengo, o mesmo Francina enfatizava sua posição anterior e indicava que, a boa vontade dos administradores dos sertões havia sido a única responsável pelo singelo desenvolvimento da presença portuguesa. Ressaltando problemas administrativos, o Alferes mostrou um saudosismo quanto à Angola setecentista. Sobre Muxima escreveu:

Hoje póde dizer-se que está quase abandonado, ou pelo menos maltratado, sendo aliás um rico ponto de defeza, quando guarnecido; a calçada e a praça do forte achei-a com bastante capim [...]⁵¹

Outras regiões de Angola como: Duque de Bragança, Huíla, Golungo Alto e Caconda, também aparecem nos textos com a característica de declínio da presença portuguesa, seja através de edificações ou da presença humana. A queixa comum acerca da mão de obra e dos recursos ia desde as plantações de Bernadino Freire de Figueredo Abreu e Castro, em Moçâmedes, que reclamava em 1854 da falta de recursos para a construção de prédios e estruturas para a sua lavoura açucareira, até as

⁵⁰ FRANCINA, Manoel Alves de Castro. De Loanda ao distrito de Ambaca na província de Angola, 1846. **Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Oficial) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 3-15, 1867, p. 5.

⁵¹ FRANCINA, Manoel Alves de Castro. Viagem a Cazemgo pelo Quanza, e regresso por terra, 1847. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 452-464, 1867, p. 455.

queixas lamuriosas de Sebastião de Almeida Saldanha da Fonseca, que em 1847 indicava a fragilidade das construções no Dondo.⁵²

A recorrência desta precariedade portuguesa nos sertões pode indicar de imediato um conflito político entre as elites políticas metropolitanas e coloniais, no que compele a distribuição de recursos e interesses políticos. Tal peleja passava pelo crivo do discurso colonialista, que dividia opiniões em Portugal sobre quais as vantagens da ocupação efetiva da África.⁵³

Contudo, além de apontar um confronto externo que excede o território angolano, as observações sobre a fragilidade da presença lusa apontam para relações de sociabilidades em reconfiguração em Angola no século XIX, especialmente o trato entre portugueses e autoridades africanas.

Nas relações coloniais se observam condicionantes que apontam para um quadro de intensas trocas sociais, comerciais e consequentemente políticas, como já apontou Joseph Miller, como fruto de uma historicidade Atlântica de contatos comerciais e políticos em simbiose.⁵⁴ Em Angola – sobretudo nas regiões de contato mais contínuo – estas características que remontam a estruturas gestadas no espaço Atlântico são marcantes como nos sistemas de créditos das “senhoras mestiças de Luanda”, na cultura e resignificação da língua portuguesa e nas relações políticas e comerciais nos sertões.⁵⁵

⁵² CASTRO, Bernardino Freire de Figueiredo e. Colônia de Mossamedes, 1855. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 151-155, 1867.; FONSECA, Sebastião de Almeida Saldanha da. Relação de uma jornada de Loanda ao presidio de Pungo Andongo, província de Angola, 1847. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 475-478, 1867.

⁵³ MARQUES, *Op. Cit.*, 1999, p. 361-362; TORRES, *Op. Cit.*, 1991, p. 34-35.

⁵⁴ MILLER, Joseph. **Way of death: merchant capitalism and the Angola slave trade**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988. Para uma visão crítica a alguns pontos do trabalho de Miller, especialmente sobre a constituição de uma fronteira da escravidão *Cf.* CÂNDIDO, Mariana Pinho. **Enslaving frontiers: slavery trade and identity in Benguela, 1780-1850**. 322 f. Tese (Doutorado em História) – York University, Toronto, 2006.

⁵⁵ SANTOS, Catarina Madeira.; TAVARES, Ana Paula. **Africac Monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos**, Vol. 1 – Arquivo Caculo Cachenda. Lisboa: IICT, 2002.

O relato anteriormente referido de Manoel Alves de Castro Francina, datado de 1846, revela aspectos bastante concisos sobre a presença portuguesa no sertão angolano, sobretudo no que compete aos espaços comerciais com forte presença de *moradores*. Agentes primordiais para se compreender as transformações sociais em curso no século XIX.

O Alferes se referiu à região de Mbaka como reduto de decadência da presença portuguesa em seu tempo. Esta decadência do estado português pode ser vista não apenas na falta de recursos humanos, mas no decrépito estado das construções e na crescente influência de *camundelles* no trato do comércio.

Estes *camundelles* – como eram chamados os africanos que se auto-intitulavam *brancos*, segundo o Alferes – ganharam espaço político e comercial em Mbaka devido ao contato mais estreito com o aparelho colonial – especialmente nas trocas comerciais – recusando submeter-se “[...] ao carreto, nem mesmo as leis dos Sobas, e que sendo forçados a descalçar os chinellos, para serem dados como carregadores, fogem logo que podem, ou desamparando a carga ou levando-a”.⁵⁶ Ao mesmo tempo em que criticava a postura dos *camundelles* no comércio e nas suas atitudes de *meirinbo* – cobrando tributo dos locais para seu próprio sustento – Francina apontou as boas relações e governança das chefias de *Mbaka* para com os interesses coloniais.⁵⁷

Ainda sobre *Mbaka*, o Alferes comentou sobre os *ambaquistas*,⁵⁸ que seriam os mais prósperos entre os angolanos – muito devido a sua assimilação parcial da cultura lusa, como se observa na criação de arquivos, aceitação do português e hábitos culturais marcadamente extra africanos em paralelo a culturas locais. Com relação às chefias, indicou que eram leais e prestativos aqueles que mantinham uma agricultura de qualidade e

⁵⁶ FRANCINA, *Op. Cit.*, 1846/1867, p. 11.

⁵⁷ Para um maior aprofundamento sobre as atividades dos *camundelles* e dos *meirinhos* Cf. VILAS BÔAS, Felipe. Abolir, colonizar, negociar: Sobas e Moradores em face dos interesses portugueses em Golungo Alto, Angola, (c.1840-c.1860). *Sankofa*, v. 13, p. 95-114, 2020.

⁵⁸ Não obstante, o termo *ambaquista* parece fazer uma inflexão ampla, seja de nascimento, residência ou ainda como sinônimo de comerciantes versados na língua portuguesa.

ofereciam serviços, como no caso do recrutamento de carregadores, feito diretamente pelas chefias em um ato de dever para com a política colonial.

O povo de Ambaca é talvez o mais civilizado do dos nossos Districtos e Presídios, pois é raro o preto ambaquista que não saiba ler e escrever, ainda que mal, ou pelo menos assignar o seu nome; geralmente são portuguezões, e amantes dos termos empolados e pouco communs, nas suas extensas escriptas.⁵⁹

Tais apontamentos de Francina nos levam à reflexão sobre quem era atingido pelas autoridades portuguesas – as sociedades da região de *Mbaka* como um todo ou apenas as chefias locais? Levando em consideração que as observações de Francina aparecem em outros textos sobre a região, tende-se a apontar que o controle português se fazia de forma indireta, com o domínio político das chefias, que eventualmente, enfrentam intempéries na hierarquia social. No caso dos *camundelles*, que se entendiam como independentes tanto dos chefes como dos portugueses, mas estavam inseridos em uma lógica de diálogo nessa sociedade.

De certa forma, o conjunto textual no ACU apresenta-se como um inventário de formas sociais e políticas existentes na colônia e, ao mesmo tempo, funciona como subsídio informativo para se pensar em ações realizadas nos sertões.

Enquanto a relação de autoafirmação dos *camundelles* expõe um fenômeno de diálogo cultural, a decadência do estado luso exibia a soberania dos locais, criando um espaço onde a ideia de ambiente Atlântico está em processo de reestruturação.⁶⁰ É difícil apontar com certeza a origem destas mutações, mas uma possibilidade para essas tensões pode ser entendida melhor pelo estudo das transformações das formas de comércio e trabalho na região de Angola após a ascensão do trabalho compulsório, livre e do comércio para além do tráfico.

⁵⁹ FRANCINA, *Op. Cit.*, 1846/1867, p. 13.

⁶⁰ FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas Crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, n. 2, p. 17-41, 2006. Disponível em: <https://revhistoria.usp.br/?p=378> Acesso em: 01 de julho de 2024.

Roquinaldo Ferreira sustentou que as redes do tráfico e o sistema de crédito dos sertões corroboraram para um comércio de produtos para além do tráfico em Angola, fazendo com que o trabalho livre ascendesse na região em paralelo a filões de escravidão.⁶¹ Se avaliarmos o cenário descrito por Francina, observamos certa precocidade nas relações de trabalho compulsório, livre e de comércio nesta região, com o cultivo de produtos agrícolas para exportação. Não muito longe de Mbaka, Joaquim José Lopes de Lima enfatizava a circulação de dinheiro moeda não apenas entre *colonos*, mas também entre ambaquistas.

No que diz respeito às compras feitas no interior, sendo tudo a troco de fazenda, não acontece assim em Pungo-Andongo onde tudo se compra a troco de dinheiro, menos a cera e marfim que trazem os ambaquistas e gentios, que muito frequentam este presídio com seus negócios; tanto que quem não tem dinheiro para as compras diárias, não come, pois chega a tanto que quando nos outros presídios se vende carne por uma medida, em Pungo-Angondo é tudo a peso. É tal o giro que a moeda aqui tem, que a Companhia de Linha que recebia seus pretos em fazendas, se viu obrigada em 1830 a requerer para lhe pagarem em moeda Metallica, perdendo uma sexta parte; pois que quando recebia em fazenda se viam os soldados, para quando conseguirem dinheiro, obrigados a venderem o preto pela terça parte de seu valor.⁶²

Entre as décadas de 1840 e 1860, não foram poucas as investidas portuguesas sobre as comunidades africanas com o intuito de estabelecer uma política mais individualizada sobre as chefias, podendo indicar uma postura de ações indiretas com interesses diretos. Da mesma forma, as chefias aglutinavam uma série de novos papéis políticos, sobretudo no que compete ao controle das rotas comerciais do interior, atuando

⁶¹ FERREIRA, Roquinaldo. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul**. PANTOJA, Selma e SARAIVA, J. F. S. (orgs.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

⁶² LIMA, *Op. Cit.*, 1855/1867, p. 143

diretamente na valoração e escoamento de mercadorias.⁶³ Desta maneira, verifica-se uma mudança na organização política africana, especialmente a composição e formas de sucessão linhageira, criando espaço para que autoridades consideradas menores acendessem por meio do contato colonial.⁶⁴

Neste ponto, recuperamos o trabalho de Jan Vansina. Com foco em Mbaka, o autor verificou que no século XIX as atividades comerciais permitiram às autoridades africanas se fortalecerem frente a outras titulações políticas locais. Especialmente aquelas que, sem o contato colonial, não teriam tanta relevância na lógica política africana.⁶⁵ Essa posição também pode ser verificada nos trabalhos de Jill Dias, mas com um interesse maior na conformação e variabilidade comercial oitocentista.

[...] estes anos destacam-se pelo crescimento da actividade comercial dos Mbundu em resposta ao aumento da procura internacional de uma variedade de produtos, para além dos escravos. Tal favoreceu inicialmente grande parte das autoridades políticas Mbundu, cujo domínio sobre recursos de terra, pessoas e rotas comerciais, lhes permitiu explorar novas oportunidades através da colecta de tributos ou porcentagens. Mais significante ainda, esta situação minou-lhes a posição, ao alargar as oportunidades dos parentes mais novos de acumular riqueza e assim atingir independência política. Estes desenvolvimentos coincidiram com uma fase de expansão colonial mais vigorosa a partir de meados dos anos 70, o que intensificou dentro e fora das diferentes sociedades e dos grupos raciais que habitam os territórios mbundu.⁶⁶

⁶³ FERREIRA, *Op. cit.*, 1997, p. 90.

⁶⁴ Por contato, nos baseamos nas análises de Mary Pratt, no qual os espaços de contato colonial produziam relações contínuas de aproximação e afastamento, em uma intersubjetividade manifestada na escrita colonial, seja em seu conteúdo ou ainda na trajetória dos que escreviam e informaram. *Cf.* PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

⁶⁵ *Cf.* VANSINA, Jan. Ambaca society and the slave trade, c.1760-1845. **Journal of African History**, n. 46, p. 1-27, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4100827> Acesso em 18 de julho de 2024.

⁶⁶ DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização

Além do crescimento político das chefias devido aos incrementos comerciais e o ativo controle das rotas interioranas, pode-se aferir que o silêncio dos textos do ACU com relação aos *makota*(elite política gerontocrática de governo ao lado do *Soba*) e a renovação de antigas trilhas comerciais, reavivaram o poder das chefias, que monopolizavam o quanto podiam a circulação de bens. Tais elementos difusos podem ser observados quando o Alferes Francina se referiu ao *Soba Bango Aquitamba* e sua expressão política.

[...] a banza do Soba Bango, singular entre os mais Sobas em todo o seu tratamento, dignidade, e forma de governo – a sua casa é grande, e maior que a de alguns Chefes, que tenho visto; em circulo da banza tem, segundo fui informado pelo Chefe, 780 fogos, e na verdade é bem de acreditar, porque se vêem mui grande numero de pequenas cubatas, e todos lhe rendem cega obediencia. Este Soba é casado, e traz a mulher de vestido, e bem trajada. Elle tem tanta força phyzica, e moral sobre os seus subordinados, que a exceção do Dembo Caboco de Cambembe, é o único que apresenta carregadores, sem que seja preciso mandar-lhes encarregado para os tirar por meio de amarrações, porque não admite em suas terras Camundelles [...]⁶⁷

Mesmo com uma maior presença colonial entre os anos de 1840 e 1860, não se observa uma submissão plena das autoridades africanas, haja vista que a vasta gama de medidas não afetou profundamente a organização destes a ponto de se submeterem plenamente ao controle de cunho colonizador de Luanda. Nesta altura, as autoridades africanas ainda se colocavam como elemento político vital para a manutenção das ações coloniais, seja no andamento das ações comerciais, na arregimentação de mão de obra ou ainda para a circulação de informação.⁶⁸

sobre os Mbundu (c.1845-1920). **Penélope**, Lisboa, n. 14, p. 43-91, 1994, p. 43.

⁶⁷ FRANCINA, *Op. Cit.*, 1846/1867, p. 14.

⁶⁸ Para Joseph Miller, o século XIX é o período de amadurecimento das relações sociopolíticas, sendo, o momento de consolidação não apenas das autoridades africanas, mas também da presença portuguesa sobre dinâmicas coloniais. MILLER, Joseph. The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone. BIRMINGHAM, David; MARTIN, Phyllis (eds.). **History of Central Africa.**

Sobre esse quesito, o que se verifica no ACU é, por um lado, a tentativa retórica de construção de uma imagem colonial no qual os portugueses estavam a transformar o espaço colonial decadente a partir de um diálogo nem sempre claro com o pensamento liberal - mais por necessidade e menos por interesse. Por outro, se verifica um inventário de autoridades, lugares e formas de relacionamento necessários para o andamento das ações por parte dos agentes coloniais, informando “avanços” e “perigos” da empreitada de ocupação de Angola.

Dos autores e a escrita colonial

O entender de um discurso ou parte dele não indica uma relação de clareza com o seu significado, mas sim que ocorreu uma compreensão do todo singular. De certa forma, faz-se preciso uma distinção entre a compreensão argumentativa de um texto e o processo de compreensão de seus múltiplos significados, pensando a ordem narrativa como um todo interligado. O autor de um texto, no limiar de sua escrita pode ter autoridade sobre o que deseja passar, mas a interpretação do leitor e as convenções e significações linguísticas de seu tempo – do autor e do intérprete – irão dotar seu discurso de sentidos que muitas vezes escapam ao controle.⁶⁹

Tal fenômeno pode ser visto no fazer histórico junto a fontes escritas. Se em sua existência o ACU buscava elencar temas ligados ao seu público leitor, as intenções da análise histórica aqui se deslocam problematizações de outro tempo. Se conteúdo e público não podem ser dissociados, a crítica sobre a fonte documental de periódicos deve ser realizada de forma a criar diálogos controlados entre notícia, editoração, publicidade e análise.⁷⁰ Desta forma, nos debruçamos agora sobre algo menos sólido: as formas de escrita e escolha de palavras nos textos publicados pelo ACU.

London and New York, p. 118- 159, 1983, p. 151-152.

⁶⁹ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁷⁰ DE LUCA, *Op. Cit.*, 2005, p. 141.

Um texto busca em certa medida satisfazer as expectativas de compreensão e significado de uma audiência específica – neste caso, em especial a administração dita colonial e seus adeptos. Desta forma, a leitura de um texto por indivíduos não pertencentes a este grupo suscita uma cadeia de interpretações que fogem às intenções iniciais do autor, sendo esta última a situação deste trabalho, que deslocado no tempo e espaço busca nas fontes um sentido da linguagem que já se perdeu.⁷¹

De forma concreta, o que é possível de analisar nas fontes, levando em consideração a perspectiva até agora esplanada, consiste na verificação de termos e seus significados internos na narrativa. Segundo Reinhart Koselleck,⁷² tal análise, só pode ser realizada dentro do texto ao qual pertence, buscando assim o significado e as correlações textuais. Se os termos forem descabidamente espoliados de seu contexto – histórico e textual – saturam-se de significado e se tornam mais suscetíveis a um vazio de sentido generalizante. As palavras dotadas de significado conceitual estão sempre em interação com um determinado conteúdo, sendo tal relação o principal a ser aqui analisado, no aspecto micro de sua utilização dentro da narrativa, levando em consideração certo grau de orientação existente entre os autores. De certa forma a análise do discurso prende-se aqui ao uso dos termos historicamente contextualizados.

Elegemos aqui três sujeitos coloniais de origens distintas: Bernardino José Brochado, Manoel Alves de Castro Francina e Francisco de Salles Ferreira: o primeiro um comerciante e colono português, o segundo um Alferes angolano, o terceiro militar português identificado como Major. Todos os autores de destaque selecionados pela editoração do ACU.

Brochado, natural do Porto, figurou como importante personagem na construção das bases portuguesas na região sul de Angola, sendo este um dos primeiros *colonos* a se estabelecer na região de Moçamedes nos anos

⁷¹ RICŒUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Porto: Porto Editora, 1995.

⁷² KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1945>Acesso em: 05 de agosto de 2024.; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2006.

de 1840, quando a região se encontrava ainda embrionária.⁷³ Comerciante importante, sendo um dos primeiros a ali estabelecer uma feitoria comercial, Brochado registrou suas viagens comerciais rumo ao interior, no qual seria responsável por trazer à luz uma série de informações acerca da região do rio *Cunene* e terras adjacentes, até então pouco conhecidas pelos portugueses.⁷⁴

No ACU, foram publicados dois textos assinados por Brochado, o primeiro intitulado *Descrição das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e outras: contendo uma idéa da sua população, seus costumes, vestuários, etc.* e um segundo texto intitulado *Notícia de alguns territórios, e povos que habitam, situados na parte meridional da província de Angola.*⁷⁵

Mesmo possuindo dois textos, o que ocorreu é que ambos fazem parte de uma única publicação, dividida em duas partes distintas para se adaptarem à editoração. De maneira ampla, o escrito de Brochado buscou descrever a geografia, clima e os povos das regiões por ele visitadas, desta forma os textos possuem inúmeros tópicos que textualmente não se relacionam.

Uma das coisas que mais chamam a atenção no texto de Brochado é a utilização dos termos *gentio* e *preto*. Durante toda a construção do seu discurso, o vocábulo *gentio* não aparece como aquele que desconhece a *verdadeira crença* ou com indicações de ingenuidade, mas denota dois sentidos. O primeiro seria avesso à *civilidade* – que neste caso se expressaria em hábitos sociais e políticos, essencialmente vinculados à ociosidade

⁷³ ALMEIDA, Fernando Simões de. Bernardino José Brochado, pioneiro do Cuanhama. **Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos**, Lisboa, n. 1, p. 35-41, 1951.

⁷⁴ SANTOS, Maria Emília Madeira. O estudo da hidrografia numa região de civilizações de terra, a África Austral. **Separata Universidade de Coimbra**, Coimbra, v. 39, p. 1-18, 1984.

⁷⁵ BROCHADO, Bernardino José. *Descrição das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quinhama, e outras, contendo uma idéa da sua população, seus costumes, vestuários, etc.*, 1850. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 187-197, 1867.; BROCHADO, Bernardino José. *Notícia de Alguns territórios, e dos povos que os habitam, situados na parte meridional da província de Angola*, 1855. **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 203-208, 1867.

promovida e pela escassez de atividade agrícola –, o segundo remete ao fato de *gentio* sempre ser utilizado como o coletivo de *preto*.

Vivendo sobre a égide de *leis gentílicas* regidas por *Sobas* sanguinários, caracterizados como *ladrões* e *déspotas*, os habitantes do sul de Angola eram, na visão de Brochado, um emaranhado de gentes sem propósito de desenvolvimento, tampouco de familiaridade com os *brancos*. Não fica claro no texto de Brochado o método, mas o autor separa os povos da região por características em comum, fazendo ligações entre estes e denominando os que se identificam pelo termo *raça*. No entanto, as características apontadas por Brochado não parecem ser suficientemente decisivas na ligação dos povos, afirmando o autor a existência de laços tributários que os unem.

Na lógica narrativa de Brochado, uma *raça* pode ser dividida em diferentes *tribus*. Este dado parece pouco relevante, mas ganha ênfase quando se observa o sentido que o autor dá aos termos *tribu* e *sobado*.

Para o comerciante, o termo *tribu* é equivalente a *estado*, reconhecendo inclusive uma organização sociopolítica e hierarquizada no qual ele caracterizou por *governo*. Sendo as *tribus* organizadas em torno de *unidades de poder* ou *Sobados*. O que Brochado transmite é que uma *raça* pode se dividir em diversas *tribus* e estas podem conter vários *sobados*, que atuam de forma independente uns dos outros, mas com conexões linhageiras. A forma de descrição e categorização da divisão e estruturação de organismos políticos de Brochado pode indicar que o seu método de agrupamento de conjuntos populacionais, provavelmente passou por um conhecimento adquirido da tradição oral e dos laços linhageiros pré-existentes.

Toda esta organização de uma *raça* formadora de *tribus*, subdividida em *sobados* ocupados por *gentios*, conjunto de *pretos*, acaba por silenciar-se quanto ao *Soba*, que em nenhum momento é referido como *preto*, mas sim dubiamente como: *ladrão* e *familiar*, *bárbaro* e *hospitaleiro*. A autoridade dos *Sobas* é reconhecida, porém, Brochado apontou que mesmo os que são de trato *familiar* com os *brancos* excedem o seu poder sobre os *pretos*. Para o autor, os sertões da região sul de Angola eram um espaço do abuso de

poder por parte dos *Sobas* que não visavam à satisfação do seu povo, mas sim o acúmulo de poder político que faria com que a população os *temesse* e dessa forma aceitasse sua governança.

Curiosamente, os adjetivos aplicados aos *Sobas* são os mesmos aplicados ao *gentio*, fazendo com que Brochado indique que o sofrimento do opressor era o mesmo do oprimido. O *barbarismo* apontado por Brochado acaba sendo um misto entre inocência e ignorância, o que afastaria o *gentio* de uma concepção de civilidade, que para o autor passava por atividades agrícolas de subjugação da natureza, e não pela adoração da mesma.

É nítida a diferença de vocabulário e de interesses entre os textos de Brochado e Manoel Alves de Castro Francina, sendo este último pouco preocupado com os africanos e mais atento ao que os portugueses faziam no interior de África. Funcionário colonial e nascido em Angola, Francina, que além de Alferes, exercia funções judiciais,⁷⁶ possui dois textos publicados no ACU, no qual já abordamos.

Os objetivos do Alferes em ambos os textos eram parecidos: realizar viagens ao interior para recolher informações sobre a situação da província – sobretudo sobre as condições de infraestrutura e produção agrícola – e avaliar o desempenho dos administradores nomeados para os diversos distritos pelos quais passasse. Ocorre ainda que, em um dos textos, Francina também aglutinava a tarefa de encaminhar mão de obra para as plantações de café no *Cazengo* ao mesmo tempo em que avaliava o desenvolvimento da província.

Em *Itinerário de uma jornada de Loanda ao districto de Ambaca na Província de Angola*,⁷⁷ Francina enfatiza a decadência da presença portuguesa e os barbarismos dos costumes africanos, aliados a pouca inclinação destes ao trabalho manual na agricultura. Não obstante, o africano não aparece no texto – salvo raras exceções. As informações sobre os locais vêm quase sempre por intermédio do chefe português nomeado, indicando que na

⁷⁶ SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva. Fissuras no discurso abolicionista português: o serviço de carregadores e a colonização da África centro-ocidental. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, p. 1-15, 2011, p. 8.

⁷⁷ FRANCINA, *Op. Cit.*, 1846/1867, p. 3-15

região centro norte de Angola a presença portuguesa se fazia mais ávida. Este contato contínuo teria levado a uma subversão de alguns costumes na região de *Mbaka*, fazendo que os *naturais* ou *indígenas* – termos utilizados para se referir aos locais – daquela região fossem vistos por Francina como *civilizados*, na medida em que assimilavam uma cultura portuguesa. Ainda sobre este mesmo texto, Francina empregou em duas ocasiões o termo *alegre* para justificar as benesses que a agricultura seria capaz de proporcionar e para descrever uma região como merecedora de atenção e dotada de bom clima, visando, claro, o assentamento de bases portuguesas.

Já em *Viagem ao Cazengo pelo Quanza e regresso por terra*,⁷⁸ não se observa uma estrutura discursiva que facilite a análise. Francina iguala os termos *gentio* e *preto*. Quando por ventura encontra alguém batizado, mas *preto*, faz questão de frisar tal informação entre parênteses. Tal forma de categorizar fica mais clara quando o próprio Alferes demonstra inclinação a quem defende – administração colonial – entendendo a presença portuguesa no interior como também parte de sua responsabilidade: verificável quando o mesmo utiliza a palavra *rossa* para referenciar a soberania portuguesa. No entanto, não fica claro se há um afago cultural com os portugueses ou se Francina apenas cumpre um papel como funcionário. Não obstante, o pai de Francina é evocado pelo próprio como sendo Chefe do distrito de *Mbaka*, o que indicaria raízes profundas com a administração colonial e com práticas culturais portuguesas.

A narrativa truncada e mecânica se repete em outro militar circulante no interior de Angola, o Major Francisco de Salles Ferreira, notoriamente conhecido por organizar a primeira e segunda campanha militar que abalaria momentaneamente as estruturas de poder em *Kassanje* entre 1850 e 1851. Em *Memória sobre o sertão de Cassange*,⁷⁹ no qual descreve sua vitória militar na região, o Major buscou descrever alguns aspectos culturais e políticos de *Kassanje*, reconhecendo a autoridade dos *Jagas* e referindo o potentado como um *estado* consolidado e primordial para os interesses

⁷⁸ FRANCINA, *Op. Cit.*, 1847/1867, p. 452-464.

⁷⁹ FERREIRA, *Op. Cit.*, 1853/1867, p. 26-28.

comerciais portugueses. Sendo que para Salles Ferreira, interessava que os chefes africanos fossem de caráter *leal e prudente*, indicando um sentido de relação no qual a autoridade africana seria *leal* à portuguesa por intermédio do comércio e *prudente* na medida de manter um bom governo. Implicando no não envolvimento em querelas linhageiras, assaltos a comerciantes e abuso de poderes: situações que promoviam alvoroço nos sertões e prejudicavam a atividade comercial.

Curioso também é o fato de que Salles Ferreira utilizou o termo *paiz* apenas como referencial geográfico e tornou equivalentes os termos *sobado* e *estado*, indo na contramão do que afirmou Brochado. Ao mesmo tempo em que entende e aceita a governança local – assim como Francina –, utiliza a expressão *terras portuguesas* para classificar um todo geográfico impreciso, pois tal expressão foi utilizada para o estado de *Kassanje*, muito além do pretense domínio colonial, podendo indicar basicamente três aspectos. O primeiro de que sua vitória militar sobre *Kassanje* já estava consolidada em sua mente a ponto de considerar a jurisdição como portuguesa ou ainda, em segundo lugar, de que havia pretensões de ocupar a região. Uma terceira opção, e que parece mais acertada, consiste na possível existência de um imaginário de domínio português oriundo da administração colonial, que mesmo não tendo o efetivo controle da localidade, generalizava os seus domínios com objetivos legitimadores, com a vitória militar se desenhava uma realidade de domínio. Em certa medida também se observa isso no Alferes Francina, quando este prioriza o contato com a autoridade portuguesa e parte da descrição do ambiente sempre pelo viés colonial, relegando os poderes locais, mas sem negá-los.

De certa maneira, tanto Francina quanto Salles Ferreira possuíam objetivos próximos que se desenhavam na construção narrativa – dadas as devidas proporções da situação de cada oficial. Ambos focaram mais na presença portuguesa, interessando-se pelos africanos na medida em que colaboram com os portugueses ou quando realizavam alguma prática considerada *gentílica*, que servia como pressuposto para validação da violência. Na visão de ambos, o *gentio* era incapaz de se gerenciar, pois

o cerne de seu poder – os *Sobas* – eram naturalmente inclinados ao *mau governo*, influenciando seus *filhos* (povo) na direção da ociosidade – sempre em comparação com o benefício da atividade agrícola.

Ainda sobre a agricultura, quando se observam os textos, fica nítido que todo o avanço destacado está restrito às roças comandadas por *colonos*, com particular ênfase nos “casos de sucesso”, como as descrições sobre Moçâmedes anteriormente citadas.

Nos poucos textos aqui brevemente avaliados, não foi difícil observar que sempre quando há necessidade de justificar uma postura portuguesa se evocam os usos e costumes africanos. Esse ato denota que indiretamente os autores poderiam ter a opção da intervenção portuguesa nas comunidades como algo a ser ponderado. Uma forma de levar *civilidade ao gentio* era modificar o seu espelho, ou seja, influenciar o *Soba* a firmar acordos políticos com portugueses, visando à paz nos sertões e o comércio sem transtornos, seja de fornecimento ou de recrutamento de mão de obra.

Considerações

Nos textos abordados se observou que as relações entre autoridades africanas e agentes coloniais foram ambíguas e transversalmente instáveis. De certa forma, a situação colonial concedia reconhecimento ao poder dos *Sobas* para que esses servissem as estruturas de dominação por intermédio do recrutamento de mão de obra. Sustentando assim formas econômicas e recolha de tributos, espalhando a presença portuguesa de maneira indireta não somente sobre territórios, mas sobre as pessoas das próprias comunidades. Em troca, as autoridades recebiam auxílio nas pelepas de poder travadas contra outras linhagens que reclamavam poder interno ou ainda com relação às famílias de *moradores* e outras camadas intermediárias que podiam ou não perturbar a ordem.

O reconhecimento do poder político das autoridades africanas era, portanto, bastante instável do ponto de vista português, pois quando uma

determinada comunidade deixava de ser atrativa economicamente, perdia o apoio e acabava virando alvo de combate, que resultava quase sempre na troca da linhagem governante por outra que responderia de acordo com os interesses portugueses. Nesse complexo jogo sociopolítico o papel desempenhado por autoridades africanas no processo de tentativa de consolidação colonial foi extremamente dicotômico. Pois mesmo respondendo a interesses externos, também lidavam com suas próprias dinâmicas de política africana regional.

De maneira geral, verifica-se nos textos do ACU a existência de intenções coloniais capitaneadas em grande medida desde os anos 1830 por Sá da Bandeira, que focou em uma ocupação agrícola com a proibição do tráfico, reestruturando as relações de trabalho, reformando questões fiscais e incentivando e experiências práticas de colonização como Moçamedes. Ao mesmo tempo, deve-se frisar a inconstância das ações práticas, corroendo a afirmativa de uma tendência de colonização portuguesa efetiva, clara e objetiva. Seja pela administração metropolitana quanto pela colonial.

O que se pode apontar sem grandes percalços, consiste nas iniciativas particulares de administradores que acreditavam que a consolidação colonial colaboraria de forma positiva frente à crise financeira em Portugal no século XIX – em comum acordo com o Conselho Ultramarino –, sendo tal ocupação só possível com a apropriação do solo pela agricultura e forças militares.

A função de informação e propaganda, realizado pelo ACU, ia de encontro com tais interesses, buscando fomentar um cenário intelectual sobre os espaços ultramarinos e, ao mesmo tempo, criando canais de comunicação que extrapolavam a função original dos textos, dando ao conhecimento metropolitano minúcias sobre a prática colonial vivida pelos agentes históricos em Angola.

Nossa breve análise do ACU permite afirmar que se trata de um importante conjunto de narrativas coloniais, no qual se faz possível verificar padrões de interação colonial, representação do Outro, interesses

da administração portuguesa e circularidade de informações. Ao mesmo tempo, seu conteúdo em conjunto revela aspectos da sociedade portuguesa, ao menos na esfera política liberal, no qual estavam, em boa medida, seus leitores. Na individualização das informações, se verificam elementos importantes sobre formas de organização do trabalho, usos do espaço e também acerca das configurações políticas das sociedades africanas.

Por fim, salientamos a necessidade de uma maior investigação sobre as conexões entre as publicações do ACU e outros periódicos, sejam portugueses, africanos ou ainda em Angola, na medida em que podem preencher melhor o quadro da construção de uma narrativa sobre as possibilidades de interconexão entre Angola e o ambiente Atlântico.

Fontes

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo III (Janeiro de 1862 a Dezembro de 1862). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo IV (Janeiro de 1863 a Dezembro de 1863). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo V (Janeiro de 1864 a Dezembro de 1864). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo VI (Janeiro de 1865 a Dezembro de 1865). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo VII (Janeiro de 1866 a Dezembro de 1866). Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo VIII (Janeiro de 1867 a Maio de 1867). Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

Fontes citadas diretamente

ANDRADE, João Baptista de. De uma viagem do Bembe ao Encoge, 1858. *Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 511-518, 1867.

BROCHADO, Bernardino José. Descrição das terras do Humbe, Camba, Mulundo, Quinhama, e outras, contendo uma idéia da sua população, seus costumes, vestuários, etc, 1850. *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 187-197, 1867.

BROCHADO, Bernardino José. Notícia de Alguns territórios, e dos povos que os habitam, situados na parte meridional da provincia de Angola, 1855. *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 203-208, 1867.

CASTRO, Bernardino Freire de Figueiredo e. Colônia de Mossamedes, 1855. *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 151-155, 1867.

FERREIRA, Francisco de Salles. Memória: sobre o sertão de Cassange, 1853. *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 26-28, 1867.

FONSECA, Sebastião de Almeida Saldanha da. Relação de uma jornada de Loanda ao presídio de Pungo Andongo, provincia de Angola, 1847. *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 475-478, 1867.

FRANCINA, Manoel Alves de Castro. De Loanda ao distrito de Ambaca na provincia de Angola, 1846. *Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 3-15, 1867.

FRANCINA, Manoel Alves de Castro. Viagem a Cazemgo pelo Quanza, e regresso por terra, 1847. *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 452-464, 1867.

LIMA, João Francisco Régio. Angola: extrato da relação de uma viagem a roça dos cavalleiros, em Mossamendes, 1855. *Annaes do Conselbo Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 147-149, 1867.

LIMA, Joaquim Lopes de. Noticias de Alguns dos Districtos de que se compõem esta província. Observações relativas ao Presídio de Pungo Andongo, sobre o livro terceiro de Ensaios da Estatística das Possessões Portuguezas no Ultramar, 1844. *Annaes do Conselbo Ultramarino – Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 143-148, 1867.

SAMPAIO, J. B. Jornada de Loanda para Muxima, 1846. *Annaes do Conselbo Ultramarino – Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861)*. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 55-57, 1867.

SILVA, José Antonio Lopes da; FRANÇA, Antonio Romano. Annaes do municipio de Mossamedes: contendo um breve resumo do principio da sua colonização, e enumeração dos factos mais notaveis acontecidos desde aquellaepocha até á elevação d'este Estabelecimento á categoria de Villa, e criação da primeira Camara Municipal, e onde continuará a consignar-se os mesmos, o estado da agricultura, causas de sua decadencia, e os meios adequados ao seu melhora-mento, etc., mandados e crear por Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, 1856. *Annaes do Conselbo Ultramarino (Parte não Official) – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 483-491, 1867.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1875)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ALMEIDA, Fernando Simões de. Bernardino José Brochado, pioneiro do Cuanhama. *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, Lisboa, n. 1, p. 35-41, 1951.

Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

CÂNDIDO, Mariana Pinho. *Enslaving frontiers: slavery trade and identity in Benguela, 1780-1850*. 322 f. Tese (Doutorado em História) – York University, Toronto, 2006.

CASTELO, Cláudia. *Passagens para África*. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

COOPER, Frederick. *Histórias de África*. Capitalismo, modernidade e globalização. Lisboa: Edições 70, 2016.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920). *Penélope*, Lisboa, n. 14, p. 43-91, 1994.

DIAS, Jill. Angola. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.), ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). *Nova história da expansão portuguesa (Volume X): O império africano, (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ESPÍNDOLA-SOUZA, Maysa. *A liberdade da lei: o trabalho do indígena africano na legislação do império português 1850-1910*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FERREIRA, Roquinaldo. *Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FERREIRA, Roquinaldo. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma e SARAIVA, J. F. S. (orgs.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas Crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, n. 2, p. 17-41, 2006.

FLORENTINO, Manolo.; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*, Rio de Janeiro (c.1790-c.1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONSECA, Isadora de Ataíde Fonseca. *A Imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)*. 319 f. Tese (Doutorado em Sociologia da Cultura) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

HENRIQUE, Sónia Pereira. O acesso ao arquivo colonial português na segunda metade do século XIX: o Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, v. 32, n. 1, p. 111-147, 2019.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT-ICP, 1997.

HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro Ocidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2006.

Loanda, 17 de maio de 1851. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno XXI, 31 de agosto de 1851.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola: subsídios para sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.

MARQUES, João Pedro. Portugal e o abolicionismo. ALEXANDRE, Valentim (org.). *O Império africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri; IHC-UNL, p. 31-54, 2000.

MARQUES, Rui. *O império e a câmara de deputados: as marcas de um discurso (1852-1890)*. 723 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013.

MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiros e. *Relatório do governador geral da província de Angola no anno de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

MILLER, Joseph. The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone. BIRMINGHAM, David; MARTIN, Phylli (eds.). *History of Central Africa*. London and New York, p. 118- 159, 1983.

MILLER, Joseph. *Way of death: merchant capitalism and the Angola slave trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

PEREIRA, Mirian Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa: de 1820 à convenção de Gramido*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*. Lisboa: Colibri, 1995.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RICCEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Porto: Porto Editora, 1995.

SANTOS, Catarina Madeira.; TAVARES, Ana Paula. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos, Vol. 1 – Arquivo Caculo Cahacenda*. Lisboa: IICT, 2002.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva. Fissuras no discurso abolicionista português: o serviço de carregadores e a colonização da África centro-ocidental. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, p. 1-15, 2011.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.

SANTOS, Maria Emília Madeira. O estudo da hidrografia numa região de civilizações de terra, a África Austral. *Separata Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 39, p. 1-18, 1984.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TORRES, Adelino. *O Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

VANSINA, Jan. Ambaca society and the slave trade, c.1760-1845. *Journal of African History*, n. 46, p. 1-27, 2005.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia história*. Lisboa: Estampa, 1996.

VILAS BÔAS, Felipe. Abolir, colonizar, negociar: Sobas e Moradores em face dos interesses portugueses em Golungo Alto, Angola, (c.1840-c.1860). *Sankofa*, v. 13, p. 95-114, 2020.

VILAS BÔAS, Felipe. *Comércio, política e sociedade em Angola: negociação e conflito em narrativas coloniais (século XIX)*. Curitiba: Editora Appris, 2021.

VILAS BÔAS, Felipe. Espaço, lugar e apropriação em narrativas coloniais: o caso da feira de Kassanje, Angola (século XIX). *Revista Kwanissa*, v. 6, n. 14, p. 145-163, 2023.

Enviado em: 31/07/2024

Aceito em: 14/11/2024